

Geopolítica da Intervenção: a verdadeira história da Lava-Jato

FERNANDO AUGUSTO FERNANDES

São Paulo: Geração Editorial, 2020. 464p.

Pedro Felipe Narciso*

Escrito durante a pandemia de Covid-19 pelo advogado e cientista político Fernando Augusto Fernandes, chega às mãos dos leitores de língua portuguesa o fundamental – para os interessados na história recente da política brasileira – *Geopolítica da intervenção: a verdadeira história da Lava-Jato*. O título e o subtítulo entregam, já de imediato, a relação que o autor pretende estabelecer entre a Operação sediada em Curitiba (PR) e interesses políticos extranacionais que extrapolam o – exaustivamente anunciado – combate à corrupção.

Nos três primeiros capítulos o autor faz uma breve reconstituição histórica da cooperação entre os aparelhos de repressão do Brasil e dos EUA. Com argumentação sintética e convincente, Fernandes propõe três diferentes momentos, cada qual acomodando a integração específica de um aparelho do Estado brasileiro no engajamento contra um inimigo típico. Primeiro, o engajamento das Forças Armadas no combate ao inimigo interno, o comunista; segundo, o engajamento das polícias brasileiras na chamada guerra às drogas, cujo inimigo deveria ser o traficante; e, por fim, o engajamento do Judiciário e do Ministério Público no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, nesse caso o alvo oficial seria o corrupto.

Nos capítulos seguintes, Fernandes reconstitui alguns antecedentes que contextualizam a Operação Lava-Jato e um dos seus principais personagens, o juiz

* Doutorando em Ciência Política na Unicamp. Email: pedro_felipenarciso@hotmail.com

Sergio Moro. Recuperando a documentação vazada ao *Wikileaks*, o autor destaca a espionagem sistemática promovida pelos EUA contra chefes de Estado, particularmente os latino-americanos, bem como o Ministério de Minas e Energia do Brasil e a Petrobrás. No capítulo que segue, o quinto, o autor propõe uma reconstrução da trajetória de Sergio Moro, cuja carreira é marcada por práticas jurídicas, para dizer o mínimo, “pouco ortodoxas”, como cooperações com autoridades estrangeiras por meio de canais extraoficiais, a perseguição de advogados e o recebimento de processos cuja competência lhe escapa. Aqui vale citar, ainda, a desconstrução do mito consagrado por uma série de TV sobre a Operação Lava-Jato, segundo a qual ela teria sido disparada a partir de investigação sobre um posto de gasolina, quando, na verdade, sua origem está vinculada a um grampo telefônico ilegal sobre o advogado de Roberto Brasileiro – ex-assessor parlamentar –, Adolfo Góis.

Ainda sobre Sergio Moro, no capítulo sexto, Fernando Augusto Fernandes trata de algumas breves, porém importantes, observações sobre o texto *Considerações sobre a Operação Mani Pulite*, escrito por Moro em 2004. No referido artigo, o agora ex-juiz de Curitiba faz uma apologia dos métodos da operação italiana, os quais, mais tarde, seriam aplicados na sua réplica em Curitiba. Para Fernandes, trata-se de um plano de ação orientado à deslegitimação do sistema político por intermédio da espetacularização jurídica em que a grande imprensa cumpre papel decisivo. A “opinião pública” deve prevalecer sobre a norma.

Chega-se, então, à Operação Lava-Jato que, do sétimo ao décimo sexto capítulo, será objeto de detalhada exposição, fundamentada, sempre, em extensa documentação jurídica. Dentre os diversos temas de relevância observados pelo autor, mais uma vez o que chama a atenção é o método da Lava-Jato. Nesse caso, destaca-se o método para a produção de delações, o chamado “sequestro de Curitiba”, segundo o qual os réus são presos em local distante do domicílio, ficam incomunicáveis, sofrem restrições no que se refere a banho de sol e higiene pessoal, bem como ameaças de transferência à carceragem estadual. Tais procedimentos foram viabilizados pela concertação entre o Tribunal Regional Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal que, por ação ou omissão, permitiram o envio sistemático dos processos para a 13ª Vara de Curitiba, não deliberando de modo definitivo sobre sua competência e, mais uma vez, ignorando o princípio jurídico do juiz natural.

No capítulo XII, o autor estabelece as relações entre as consequências premeditadas da operação com o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, frisando o conjunto numeroso de ilegalidades cometidas no episódio da espionagem telefônica sobre Dilma e Lula e o imediato vazamento da conversa à Rede Globo, tal qual o roteiro da *Mani Pulite*, elogiada, anos antes, por Moro.

No capítulo XIV, Fernandes trata da ofensiva institucional do Ministério Público Federal sobre o STF e o Senado Federal. Desse capítulo, são dignas de menção as extensas citações do voto de Gilmar Mendes sobre o tema da delação premiada que, para o autor, constitui-se como “uma verdadeira denúncia do Estado policial que passou a se implantar”.

Os capítulos XV e XVI tratam do chamado crime do acervo presidencial e do julgamento de Lula. Neles o autor demonstra como foram mobilizadas as mais esdrúxulas teses para manter o ex-presidente preso e inelegível.

Os três últimos capítulos do livro versam, basicamente, sobre os fundamentos do corporativismo jurídico brasileiro, o que oportunizou a ocorrência dos fenômenos narrados. No capítulo XVII o autor faz uma análise sobre a relação entre o Direito e a religião, seja pela institucionalização histórica das faculdades de Direito e suas doutrinas ou por sua importância na trajetória pessoal e na formação da subjetividade dos operadores do Direito que, além do matiz católico, tem, no caso da Lava-Jato, presença importante de matizes evangélicos.

No capítulo seguinte, o XVIII, o objeto de comentário do autor são as relações familiares que se estabelecem entre os membros do judiciário. Para tal, Fernandes se vale de uma verdadeira análise prosopográfica dos personagens envolvidos, demonstrando como esse círculo restrito de funcionários do judiciário estabelece uma larga série de relações de solidariedade endógena, compartilhando histórias de vida similares, valores e, sem nenhuma surpresa, vínculos familiares que se reproduzem nas instituições do Estado, como se os diversos cargos transitassem entre uma variedade reduzida de famílias.

Por fim, no capítulo de encerramento, o autor faz uma análise crítica do papel da Ordem dos Advogados do Brasil. Para Fernandes, a OAB tem sua história idealizada; na realidade, a associação é marcada por omissão e cooperação com mandos e desmandos dos poderes.

A contribuição da obra de Fernandes está em lançar luz sobre os acontecimentos da Operação Lava-Jato, inserindo-os numa narrativa alternativa àquela apresentada pelos grandes meios de comunicação que, como demonstrado pelo autor, foram não apenas membros ativos da Operação, mas sujeitos fundamentais a consecução dos objetivos dessa. O leitor que buscar a obra seduzido pelo título, buscando uma teoria sobre a geopolítica da intervenção poderá, provavelmente, se decepcionar, pois como o próprio autor adverte na introdução, não pôde aprofundar-se do ponto de vista teórico tanto quanto gostaria. Agora, se o objetivo do leitor for entender o desenrolar da Operação Lava-jato, terá em mãos um valioso mapa, não apenas devido à escrita muito bem costurada de Fernandes, mas também pela farta documentação arrolada que, ao leitor pesquisador, indica uma profusão de caminhos. Ao leitor marxista interessado na política brasileira recente, trata-se de um precioso instrumento de trabalho.